



CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DA DEPUTADA ERIKA KOKAY – PT/DF

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N° _____, DE 2017
(Da Sra. ERIKA KOKAY)

Requer o encaminhamento de pedido de informação ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão acerca das propostas de mudanças na legislação dos planos de saúde na modalidade de autogestão.

Senhor Presidente,

Com fundamento no Art. 50 da Constituição Federal e nos Arts. 115, inciso I e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, bem como no exercício constitucional do *múnus* público fiscalizatório atribuído ao Congresso Nacional perante os atos do Poder Executivo (Art. 49, X, da CF), vimos perante V. Excelência solicitar que seja encaminhado Requerimento ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão para que o Ministro de Estado, **SR. DYOGO OLIVEIRA**, seja instado a prestar informações acerca das propostas de mudanças na legislação dos planos de saúde na modalidade de autogestão, na forma em que especifica.

I) Qual é a visão do Ministério do Planejamento (MP) sobre a sustentabilidade das entidades de autogestão ligadas às Empresas Estatais Federais no médio e longo prazo?

II) Quais os objetivos que se pretende alcançar e quais impactos se pretende amenizar com a publicação das minutas de Resolução CGPAR (Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União)?

III) O que levou o Ministério do Planejamento (MP) a propor uma reunião (realizada no dia 11/07/2017) visando a criação de normas relacionadas ao custeio e à governança das entidades de autogestão?

IV) O governo tem a intenção de reduzir seus gastos através das medidas que estão sendo avaliadas pela CGPAR? De que forma o atual cenário impacta as contas públicas?



CÂMARA DOS DEPUTADOS

GABINETE DA DEPUTADA ERIKA KOKAY – PT/DF

V) Qual é o compromisso do governo com a saúde dos trabalhadores das Empresas Estatais Federais no caso de não conseguirem suportar o aumento de gastos com seus planos de saúde?

VI) Qual o procedimento para a aprovação de uma resolução da CGPAR? Em que parte desse procedimento as resoluções que tratam das autogestões patrocinadas por empresas públicas federais se encontram nesse momento? Quem toma a decisão de publicar ou não cada uma dessas resoluções?

VII) Levando em consideração que as entidades estão alijadas de todo processo decisório que ocorre no Ministério do Planejamento (MP), não haveria uma forma mais democrática, participativa e eficaz de se atingir os objetivos esperados com a publicação das resoluções?

VIII) Levando em consideração as características específicas de cada uma das autogestões, não seria temerário criar uma norma para regular todas as autogestões sem contar com a participação efetiva das entidades?

IX) Houve uma reunião no Ministério do Planejamento (MP) no dia 11/07/2017, com representantes de algumas empresas e também de algumas autogestões. De quem foi a iniciativa para realização dessa reunião e quais foram os critérios para a escolha das pessoas que foram convidadas?

X) As propostas que se encontram nas minutas de resolução da CGPAR foram apresentadas já prontas na reunião do dia 11/07/2017 ou o texto contou com a participação dos presentes na reunião?

XI) Quais foram os encaminhamentos da reunião realizada no dia 11/07/2017? Houve ou haverá outras reuniões para aprimorar o que foi discutido? Se sim, em que datas?

XII) Há espaço para a participação das entidades representativas dos funcionários que serão impactados pelas resoluções nas próximas reuniões?

XIII) Foi feito algum estudo sobre o impacto que essas resoluções podem ter nos planos de autogestão e em seus beneficiários? Se sim quais foram os resultados obtidos?

XIV) Como o Ministério do Planejamento entende que as autogestões impactam na capacidade operacional das Empresas Estatais Federais?

XV) Existe a possibilidade de o governo propor alterações nas normas que tratam sobre as provisões necessárias para a garantia dos benefícios pós-laborais, visando reduzir o volume de reservas necessárias?



CÂMARA DOS DEPUTADOS

GABINETE DA DEPUTADA ERIKA KOKAY – PT/DF

XVI) Qual o motivo da resolução vedar a criação de entidades de autogestão que possuem menos de 20 mil vidas?

XVII) No caso de a entidade de autogestão já possuir diferenciação do valor da mensalidade a partir de um percentual do salário do funcionário, há necessidade de instituir mensalidade por faixa etária?

XVIII) A minuta de resolução da CGPAR abre possibilidade para que, no futuro, os participantes tenham que contribuir com valores percentualmente acima dos que serão pagos pelo patrocinador. Há alguma discussão no âmbito do Ministério do Planejamento para evitar essa disparidade de contribuição?

JUSTIFICAÇÃO

Em seminário realizado no dia 15 de setembro de 2017, a Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil (ANABB) promoveu expressivo debate sobre as minutas de Resolução CGPAR (Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União), que são vistas como ameaça aos planos de saúde de autogestão das empresas estatais federais.

Duas resoluções não oficiais da CGPAR – órgão vinculado ao Ministério do Planejamento – apresentam propostas que, na prática, inviabilizam o Saúde Caixa e os demais planos de saúde das empresas públicas federais. As minutas das resoluções vazaram nas redes sociais em julho deste ano.

Dentre as mudanças propostas pelas referidas resoluções constam a paridade de custeio entre a mantenedora (empresa estatal) e empregados (50% para cada parte); imposição de limite de gastos com assistência à saúde a 8% da folha de pagamento de ativos e aposentados; novas adesões aos planos existentes só poderão ser feitas se as contribuições forem distintas por faixa etária e faixa salarial; todo plano de empresa estatal deverá cobrir coparticipação nos serviços de saúde.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

GABINETE DA DEPUTADA ERIKA KOKAY – PT/DF

Considerando a temeridade de tais propostas para o conjunto dos trabalhadores da ativa e aposentados das empresas públicas, é preciso um amplo debate sobre os riscos que podem resultar de uma eventual aprovação das propostas de resolução, sob pena de causarem prejuízos irreversíveis aos associados de planos de Saúde de autogestão.

Segundo a ANABB, as propostas de resoluções da CGPAR podem colocar aproximadamente 5 milhões de pessoas em risco nos planos de saúde, contingente de usuários que o Sistema Único de Saúde (SUS) não terá condições de acolher.

Ante o exposto, concluímos pela necessidade de o Ministério do Planejamento apresentar informações detalhadas, de modo que possa esclarecer as mencionadas propostas de mudança na legislação dos planos de saúde de autogestão.

Sala das Sessões, em _____ de _____ de 2017.

Deputada **ERIKA KOKAY – PT/DF**